

PACOTE DA SAÚDE

Será votado hoje na CAS

24 MAR 2003

TRIBUNA DO BRASIL

O PLANO EMERGENCIAL, QUE SUGERE UMA SÉRIE DE MEDIDAS DO GDF PARA MELHORAR O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO, DEVE SER APRECIADO PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ângela Oliveira

CONHEÇA ALGUNS PONTOS

- O projeto propõe um novo modelo de gestão de hospitais, centro e postos de saúde
- Criação de cerca de 200 cargos:
 - sendo 19 cargos em comissão de diretor-administrativo;
 - 65 de diretor de centro de saúde
 - 65 de gerentes
 - 50 cargos em comissão de encarregado de posto de saúde
- O projeto foi enviado no final de fevereiro e tramita em regime de "urgência urgentíssima", tendo prioridade em todas as comissões.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) da Câmara Legislativa marcou para hoje, às 10 horas, a votação do projeto que cria o Plano Emergencial de Saúde do DF, encaminhado pelo Executivo no final de fevereiro. O Plano tem como objetivo melhorar o atendimento em todas as unidades hospitalares do DF. Para viabilizar essas melhorias, o governo propõe a criação de um novo modelo de gestão das atividades administrativas nos hospitais, centros e postos de saúde.

A projeto deveria ter sido apreciada pela CAS na última quinta-feira, mas o relator da matéria nessa Comissão, deputado Jorge Cahuy (PFL), não havia concluído o relatório. Apesar do pedido de votação em regime de "urgência urgentíssima" por parte do Governo do DF, a tramitação havia sofrido outro atraso. Um erro na distribuição da matéria nas comissões, corrigido somente na semana passada, depois de a tramitação estar adiantada, já tinha adiado o encaminhamento do projeto ao plenário.

Por ter iniciado a tramitação de forma que contraria o regimento interno, o projeto foi redistribuído. Pelo atual regimen-

to deveria iniciar a tramitação pela Comissão de Educação e Saúde (CES), que trata do mérito, e só depois seguir para as outras comissões, a de Economia, Orçamento e Finanças (CEO), a de Constituição e Justiça (CCJ), além da CAS. A Comissão de mérito trata especificamente do teor do projeto. Por exemplo, se o projeto trata de Saúde será apreciado, em primeiro lugar pela Comissão que trata desse assunto.

Na verdade, a primeira distribuição do projeto, já estava antecipando uma das propostas dos parlamentares de iniciar a tramitação pela CCJ,



Deputado Jorge Cahuy (PFL) deve apresentar seu relatório hoje

que avalia a admissibilidade da matéria. No entanto, essa medida ainda não foi aprovada pela Câmara. Começando a tramitar pela CCJ, os parlamentares poupariam tempo. É que a CCJ tem a função de analisar a constitucionalidade dos projetos. Se a tramitação iniciar por ela, evitaria que matérias inconstitucionais

tramitassem por outras comissões, para depois serem rejeitados e arquivados pela CCJ.

Com o erro na distribuição, e devido ao fato de o projeto ter recebido emendas na CES, terá que retornar à CEOF e à CAS. A previsão dos deputados é que a matéria só será votada no plenário da Câmara na próxima semana.

A aprovação do projeto implicará nas criação de cerca de 200 cargos na área de saúde. Para a implantação das medidas, serão criados 19 cargos em comissão de diretor-administrativo, 65 de diretor de centro de saúde e outros 65 de gerentes. O projeto prevê, ainda, mais 50 cargos em comissão de encarregado de posto de saúde.

Hiram Vargas